

ED. 46 | ANO I | 11/01 A 25/01/2021

LEGISSEMAS

BOLETIM DE NORMAS E LEGISLAÇÕES

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE



Editorial

Carta ao Leitor

Na 46ª Edição do Legisemas, destacamos a publicação da Lei Federal nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política de Pagamentos por Serviços Ambientais, tema de extrema relevância, especialmente para a região Amazônica.

Em matéria estadual, a Portaria nº 29, de 8 de janeiro de 2021 desta SEMAS institui Grupo de Trabalho que pretende estudar formas de integrar o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA e o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO, como medida para uniformizar e otimizar a fiscalização dos produtos florestais na região.

Também foi republicado o Decreto Estadual nº 800, de 31 de maio de 2020 que dispõe sobre o Projeto Retoma Pará e as medidas de enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus no Estado, alterando o bandeiramento de algumas regiões do Estado, inclusive da Região Metropolitana de Belém.

Na sessão “Fique de olho”, ressaltamos os dois Editais para Mestrado disponíveis para inscrição, sendo um da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e outro da Universidade Estadual do Pará - UEPA.

Boa leitura!

Rebeca Reitz
Coordenação - NEL



Apresentação do Legis Semas:

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL), que tem a responsabilidade institucional de divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas e alterações legislativas ambientais e administrativas, periodicamente, com o objetivo de fornecer uma maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e nacional.

Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAs-PA.
Responsável: Camila Veloso e Moacyr Júnior.
Revisão: Rebeca Reitz. Email: nel.semas@gmail.com

Projeto Visual e Diagramação: Ascom/Semas
Fotos: Ascom/Semas e Agência Pará

Site: www.semas.pa.gov.br

O que é NEL?

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas para subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas e alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz
Consultora jurídica e Coordenadora

Andressa Dourado
Advogada

Debora Emmylly de Oliveira Arruda
Advogada

Camila Oliveira N. Veloso
Técnica em Gestão Pública - Administração

Moacyr de Oliveira Santos Junior - Estagiário

Raylon Roberto Alvarenga Álvares - Estagiário

NORMAS FEDERAIS

PORTARIA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Nº 9, DE 11 DE JANEIRO DE 2021. Dispõe sobre a entrada e regresso de municípios na lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia e sobre a entrada na lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle.

Publicado no DOU nº 8, de 13 de janeiro de 2021 (p. 43) [clique aqui](#).

RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 5, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020. Aprova Plano Operativo para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023.

Publicado no DOU nº 8, de 13 de janeiro de 2021 (p. 44) [clique aqui](#).

PORTARIA IBAMA Nº 78, DE 11 DE JANEIRO DE 2021. Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e dá outras providências.

Publicado no DOU nº 8, de 13 de janeiro de 2021 (p. 44) [clique aqui](#).

LEI FEDERAL Nº 14.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.

Publicada no DOU nº 9, de 14 de janeiro de 2021 (p. 7) [clique aqui](#).

LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Publicada no DOU nº 9, de 14 de janeiro de 2021 (p. 1) [clique aqui](#).

PORTARIA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE Nº 20, DE 14 DE JANEIRO DE 2021. Aprova o Regulamento de Aplicação de Recursos do Acordo Substitutivo de Multa Ambiental nº 1/2020 na Agenda Nacional de Qualidade Ambiental.

Publicada no DOU nº 10, de 15 de janeiro de 2021 (p. 53) [clique aqui](#).

DECRETO FEDERAL Nº 10.604, DE 20 DE JANEIRO DE 2021. Altera o Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa.

Publicado no DOU nº 14, de 21 de janeiro de 2021 (p. 1) [clique aqui](#).

PORTARIA DO MAPA Nº 18, DE 20 DE JANEIRO DE 2021. Publica os preços mínimos para os produtos extrativos da safra 2020, relacionados no Anexo da Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional por meio do Voto nº 121/2020 - CMN, de 18 de dezembro de 2020.

Publicado no DOU nº 14, de 21 de janeiro de 2021 (p. 3) [clique aqui](#).

PORTARIA DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES Nº 7, DE 18 DE JANEIRO DE 2021. Aprova o Regimento da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Publicado no DOU nº 16, de 25 de janeiro de 2021 (p. 117) [clique aqui](#).

NORMAS ESTADUAIS

PORTARIA DA SEMAS Nº 29, DE 08 DE JANEIRO DE 2021. Institui o Grupo de Trabalho – GT para identificar e propor procedimentos para efetivar a integração entre o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA e o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR e dá outras providências.

Publicado no DOE nº 34456, de 11 de janeiro de 2021 (p. 29) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.163, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z - 57.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 18) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.165, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z - 67.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 18) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.166, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z - 70.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 18) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.177, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z - 68.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 18) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.173, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas da Colônia do Majari (APRECOM).

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 18) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.174, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa dos Extrativistas da Flora de Carajás (COEX - CARAJÁS).

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 18) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.188, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores da Ilha Canaticu do Rio Ipanema (APREPRI).

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 18) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.202, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento e Defesa da Amazônia (IDDEA).

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 18) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.207, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC), dispõe sobre o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC) e o Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC); autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres, regulamenta os incisos I e VII do art. 200 da Constituição do Estado do Pará.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 23-24) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.210, DE 13 DE JANEIRO DE 2021. Institui o Subsistema Rodoviário do Estado do Pará (SREPA), e estabelece normas para a exploração das rodovias.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 25-27) [clique aqui](#).

LEI Nº 9.212, DE 14 DE JANEIRO DE 2021. Dispõe sobre a suspensão durante a Pandemia da COVID-19, de ações de despejos, desocupações ou remoções forçadas em imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais, que sirvam para moradia ou que tenham se tornado produtivos pelo trabalho individual ou familiar no Estado do Pará.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 30) [clique aqui.](#)

DECRETO DE 23 DE OUTUBRO DE 2020*. Exonera do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA/PA, os representantes nominados.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 30) [clique aqui.](#)

***Republicado por ter saído com incorreção no Diário Oficial do Estado nº 34.386, de 26 de outubro de 2020, página 4, coluna 1.**

DECRETO Nº 1.273, DE 13 DE JANEIRO DE 2021*. Proíbe a entrada de passageiros oriundos do Estado do Amazonas por via rodoviária e hidroviária.

Publicado no DOE nº 34460, de 14 de janeiro de 2021 (p. 30) [clique aqui.](#)

***Republicado por ter saído com incorreções no DOE nº 34.459, de 14 de janeiro de 2021.**

DECRETO ESTADUAL Nº 800, DE 31 DE MAIO DE 2020* Institui o Projeto RETOMAPARÁ, dispondo sobre a retomada econômica e social segura, no âmbito do Estado do Pará, por meio da aplicação de medidas de distanciamento controlado e protocolos específicos para reabertura gradual e funcionamento de segmentos de atividades econômicas e sociais, e revoga o Decreto Estadual no 729, de 05 de maio de 2020, e o Decreto Estadual no 777, de 23 de maio de 2020.

Publicado no DOE nº 34467, de 21 de janeiro de 2021 (p. 4-12) [clique aqui.](#)

***Republicado em virtude de complementações adicionais.**

DECRETO ESTADUAL Nº 1.282, DE 20 DE JANEIRO DE 2021. Estabelece os parâmetros para fins de enquadramento das empresas industriais que utilizam grande quantidade de matéria-prima florestal no Estado do Pará, dispõe sobre o Plano de Suprimento Sustentável – PSS, e dá outras providências.

Publicado no DOE nº 34467, de 21 de janeiro de 2021 (p. 12-13) [clique aqui.](#)

DECRETO ESTADUAL Nº 1.283, DE 20 DE JANEIRO DE 2021. Altera o Decreto nº 1.064 de 28 de setembro de 2020, que versa sobre o ICMS Verde.

Publicado no DOE nº 34467, de 21 de janeiro de 2021 (p. 13) [clique aqui.](#)

DECRETO ESTADUAL Nº 1.285, DE 20 DE JANEIRO DE 2021. Divulga os dias de feriados nacionais e estaduais, e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2021, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.

Publicado no DOE nº 34467, de 21 de janeiro de 2021 (p. 14) [clique aqui.](#)

PORTARIA Nº 010/2021 – GS-SEPLAD, DE 22 DE JANEIRO DE 2021. Orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta que possuem unidades na região do Baixo Amazonas, que engloba os Municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa, que se encontra com a bandeira vermelha, a adotar medidas contra a COVID-19.

Publicado no DOE nº 34470, de 25 de janeiro de 2021 (p. 6) [clique aqui.](#)



FIQUE DE OLHO



UFRA FAZ SELEÇÃO PARA MESTRADO EM 2021.

A Coordenação do Programa de Pós-graduação em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais (PPGAqRAT) da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) torna público edital para seleção de candidatos, para ingresso em abril de 2021.

O curso é destinado a interessados com formação em Engenharia de Pesca, Ciências Biológicas, Oceanografia e áreas afins à Aquicultura e/ou Recursos Aquáticos. São ofertadas 17 vagas.

As inscrições são online e seguem até o dia 19 de fevereiro de 2021.

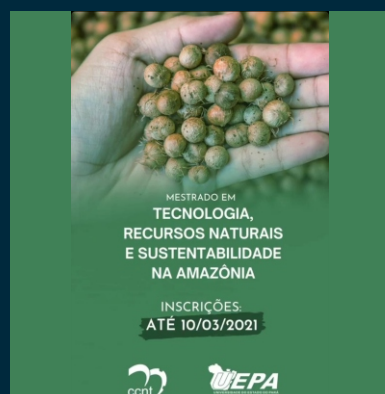
Para mais informações, [clique aqui](#).



LANÇAMENTO DE LIVRO.

Escrito por Lilian Mendes Haber, Quarentena - Quando a Amazônia Parou é o relato de uma pessoa quarentenada em decorrência de uma pandemia, que enfrenta todos os desafios de sua nova condição, suas ansiedades, sua adaptação e esperança.

Para informações sobre sua disponibilidade, [clique aqui](#).



UEPA LANÇA EDITAL PARA MESTRADO EM 2021.

A Universidade do Estado do Pará- UEPA por meio do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia (CCNT), da Universidade do Estado do Pará (UEPA), torna público o Edital no 056/2020-UEPA que regula o Processo Seletivo 2021 para o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia em nível de Mestrado Acadêmico.

Para mais informações, [clique aqui](#).

SECRETARIA DE
**MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE**



Curta e siga nossas redes sociais



/ SEMASPARA

Visite nosso site
www.semas.pa.gov.br